

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3317582220211209105849

Processo 0825328-52.2020.8.23.0010 ☆ - (433 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 7690 - Adimplemento e Extinção

Assuntos Secundários: 7703 - Pagamento

Nível de Sigilo: Público

Prioridade: Portador de necessidades especiais (conforme Decreto 5.296/2004 e Lei 12.008/2009)

Processos Dependentes: Há 1 processos dependentes por distribuição relacionados com este processo.

Apensamentos: Processo: 0825328-52.2020.8.23.0010 - Procedimento Ordinário - ATIVO
 Processo: 0804386-62.2021.8.23.0010 - Procedimento Ordinário - ARQUIVADO

Selos:

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (1)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

94 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 94

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	94	09/12/2021 10:58:49	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/11/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
	94.1	Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2757772IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf
			Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 29/11/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 89) JUNTADA DE LAUDO (24/11/2021) e ao evento de expedição seq. 90.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de RAIMUNDA SOUSA DA SILVA representado(a) por ANA PAULA SOUSA DA SILVA) em 29/11/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 89) JUNTADA DE LAUDO (24/11/2021) e ao evento de expedição seq. 91.	Helen Jeanny Falcão Gonçalves
			Advogado
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de RAIMUNDA SOUSA DA SILVA representado(a) por ANA PAULA SOUSA DA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 89) JUNTADA DE LAUDO (24/11/2021)	JOSE CLEAN DA SILVA SOUSA
			Analista Judiciário
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 29/11/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 89) JUNTADA DE LAUDO (24/11/2021) e ao evento de expedição seq. 90.	JOSE CLEAN DA SILVA



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08253285220208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAIMUNDA SOUSA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO

DA PRESCRIÇÃO

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito em 02/02/2017, ficando debilitada de forma permanente.

Em 03/07/2020, a parte autora deu entrada no pedido administrativo, contudo o processo administrativo foi cancelado em razão da prescrição, haja vista a inobservância do prazo prescricional de 03 anos.

Deste modo, é possível identificar que o prazo prescricional se encerrou em 02/02/2020.

Verifica-se ainda que a presente ação foi ajuizada em 01/10/2020, ou seja, após o término do prazo prescricional.

Vejamos a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESCRIÇÃO ÂNUA. ART. 487, II, NCPC. SÚMULAS 278, 229 E 101 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.- "O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral". Súmula 278, do STJ.- "O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão". Súmula 229, do STJ.- Resta operada a prescrição quando a soma dos lapsos temporais referentes ao período anterior e posterior da suspensão excede o prazo de um ano previsto no art. 206, §1º, II, do Código Civil, e na Súmula 101, do STJ.- Precedente do STJ.- Apelação Cível a que se nega provimento, à unanimidade.

(Apelação 480389-80000095-96.2015.8.17.1540, Rel. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, 2ª Câmara Cível, julgado em 19/12/2018, DJe 11/01/2019)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT - PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, §3º, IX, DO CC - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 229 E 405, DO STJ - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTURAL - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - UNANIMIDADE.

(Apelação 518612-50045444-83.2015.8.17.0001, Rel. José Carlos Patriota Malta, 6ª Câmara Cível, julgado em 18/12/2018, DJe 25/01/2019)

Desta forma, a presente ação deverá ser julgada improcedente.

DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA – DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ

Não assiste razão a parte Autora na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez.

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Autora se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**.

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito graduou a lesão avaliada e utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Entretanto, conforme apresentado na peça de bloqueio, não há que se falar em indenização a parte autora, haja vista a **PRESCRIÇÃO** apontada, motivo pelo qual a seguradora não possui a obrigação de indenizar.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos com a consequente improcedência da presente ação.

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE DAS DESPESAS MÉDICAS APRESENTADAS

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional**¹.

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"

É notório que os documentos acostados aos autos pelo Recorrido não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado.

Não foram anexados aos autos as prescrições médicas relacionados com o ocorrido acidente, não havendo portanto nexo de causalidade com as despesas médicas e o acidente objeto desta ação.

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos², face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

¹"ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequela do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extreme de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente..."** (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS)

²"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos

Por fim, necessário observar que além da ausência de prescrição médica para os itens constantes nas notas, constam nas notas fiscais apresentadas itens de consumo como alimentos, itens de higiene, e demais itens, que não possuem cobertura para reembolso em razão da natureza não ser despesas médicas ou suplementares, e assim, devem ser excluídos de eventual cálculo de reembolso. Vejamos:

[illegible][illegible]

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.ioaobarbosaadvass.com.br

TACADAO S.A.
V. BRASIL, 2516
ENTENARIO - BOA VISTA - RR -
NPJ: 75.315.333/0179-31 IE 240280548

5/10/2018 14:08:43 TRANSACAO: 98393

DANFE NFC-e Documento Auxiliar
a Nota Fiscal Eletronica para Consumidor Final
Nao Permite aproveitamento de credito de ICMS

EMITIDA EM CONTINGENCIA
Pendente de autorizacao

Item	Cod	Descricao	Qtde	Un	Valor Unit	Valor Tot
7323929		HASTES COTONELA	1	X75UND		
4	UND	X			3,99	3,96
6668911		FRALDA GER.TENA	1	X7UND		
6	UND	X			13,99	83,94
2654903		SAB.LIQ.MINEIRINHA	1	X2L		
1	UND	X			17,90	17,90

TD. TOTAL DE ITENS 11
VALOR TOTAL R\$ 105,80
DAMA DE PAGAMENTO Valor Pago
inheiro 120,00
ROCO 14,20

Informacao dos Tributos Totais e Incidentes
Lei Federal 12.741/2012
Ir Aprox. Tributos Federal R\$20,66 (19,53%)
Ir Aprox. Tributos Estadual R\$17,98 (16,99%)
Fonte: IBPT.

AREA DE MENSAGEM FISCAL
Numero: 000097982 Serie: 510
Emissao: 05/10/2018 14:08:43
Consulta e Chave de Acesso em <https://www.sefaz>

CNPJ: 06.626.253/0328-60
EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.
AV. GETULIO VARGAS, 6070 - CENTRO
BOA VISTA-RR, CEP: 69301-030

Pague Menos

EMITIDA EM CONTINGENCIA
Pendente de autorizacao

Item	Descricao	Qtde	Un	VL Item	VL Total
30657	SUSTAGEN MORANGO 400GX2PRES	1	UN	70,14	70,14
2	70,14 Por 66,80				
	desconto sobre item				-3,34
	td. total de itens	1			

Valor a Pagar R\$ 66,80
DAMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$
inheiro 70,00
ROCO R\$ 3,20

Consulte pela Chave de Acesso em:
www.sefaz.rr.gov.br/nfce/consulta

1418 1006 6262 5303 2860 6501 5000 1296 4990 0009 1740

CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº 129649 Série 15
16/10/2018 13:34:49

EMITIDA EM CONTINGENCIA
Pendente de autorizacao

SEMPRE PAGUE MENOS
JAQUELSON, SEJA BEM-VINDO AO NOVO PROGRAMA DE
FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS. AGORA VOCE TEM
BENEFICIOS PERSONALIZADOS PARA VOCE

CNPJ: 06.626.253/0412-65
Pague Menos EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.
 AV VILLE ROY, 5050 - SAO FRANCISCO
 BOA VISTA-RR, CEP: 69300-000

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
 Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código	Descrição	Qtde	UM	VI Item	VI Total
80657	SUSTAGEN MORANGO 400GX2PRES	1	UN	70,14	70,14
e: 70,14 Por 66,80					
desconto sobre item					-3,34
tdc. total de itens					1
valor a pagar R\$					66,80
DIMA PAGAMENTO					VALOR PAGO R\$
inheiro					100,00
roco R\$					33,20

Consulte pela Chave de Acesso em:
www.sefaz.rr.gov.br/nfce/consulta
 1416 0906 6262 5304 1265 6501 0000 0910 8310 0029 7030

CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO
 NFC-e nº: 91083 Série: 10
 27/09/2018 08:20:45
 Protocolo de autorização:
 314180041545884
 Data de autorização:
 27/09/2018 08:20:49

CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS
 AJOELSON, SEJA BEM-VINDO AO NOVO PROGRAMA DE

FLS 45

D. DOS SANTOS PERES
 PERMERCADO PERES 2
 P.J.:34.797.837/0002-06 Inscrição Estadual: 240015684
 MARIO NUNES DE MELO 4793 - TRACREDO NEVES
 R Vista - RR - 69.300-000

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
 Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

antiCodigo	Descrição	Qtde	UM	VI Item	VI Total
7891000070765	LEITE NINHO 800	1	UN	19,95	19,95
7891000070765	LEITE NINHO 800	1	UN	19,95	19,95
7891000070765	LEITE NINHO 800	1	UN	19,95	19,95
7891000070765	LEITE NINHO 800	1	UN	19,95	19,95
7891000070765	LEITE NINHO 800	1	UN	19,95	19,95
D. TOTAL DE ITENS					5
LIM TOTAL R\$					99,75
DIMA DE PAGAMENTO					VALOR
DHEIRO					100,00
DCE					0,25
Ior Aproximado Tributos (Iat 12,741/12)					4,19
109					
ENTIDADE EM CONTINGÊNCIA					
Número 68206 Série 13 Emissão 27/09/18 13:54:58hs					
Consulte pela Chave de Acesso em:					
http://www.sefaz.rr.gov.br/nfce/consulta					
CHAVE DE ACESSO					

Pague Menos

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.
 IN: 900000000001480
 CNPJ: 06626253000205 I.E: 240174
 Av. Rio de Janeiro, 5300 - TANQUEDO DE
 URS, BOA VISTA - RR

DANFE NFC-e Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal Eletrônica
 Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

QTD UNID UNID R\$ QTD UNID UNID R\$
 70,14 Par: 68,60 1 UNID UN 68,60

QTD TOTAL DE ITENS
 VALOR TOTAL R\$ 68,60
 Dinheiro

T A N Q U E R\$ 3,20

CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS

SEU PREÇO, SEJA SEM VÍCIO AO SEU PREÇO DE
 SEU PREÇO SEMPRE PAGUE MENOS. SEU PREÇO SEMPRE

ATACADÃO S.A.
 AV BRASIL, 2516
 CENTENARIO - BOA VISTA - RR -
 CNPJ: 76.315.333/0179-31 I.E: 240280548

01/07/2018 17:04:32 TRANSAÇÃO: 88999

DANFE NFC-e Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal Eletrônica para Consumidor Final
 Não Permite aproveitamento de crédito de ICMS

Item	Cod	Descricao	Qtde	Un	Valor Unit	Valor Tot
36582922		LENÇU UNED COTINELA	1x	UNED		
2	UNED	X	8,30			16,60
56056979		DESOD SELAR AERO	1x	360ML		
1	UNED	X	4,85			4,85
54530908		DES BI-D AERO PROTEC	1x	150ML		
2	UNED	X	11,49			22,98

QTD TOTAL DE ITENS
 VALOR TOTAL R\$ 44,43
 FORMA DE PAGAMENTO Valor Pago
 Dinheiro 45,00
 TROCO 0,57

Informação dos Tributos Totais e Incidentes

ATACADÃO S.A.				
AV BRASIL, 2516				
CENTENARIO - BOA VISTA - RR -				
CNPJ: 75.315.333/0179-31 IE:			240280548	
19/07/2018 20:32:49			TRANSAÇÃO: 93216	
DANFE NFC-e Documento Auxiliar				
da Nota Fiscal Eletrônica para Consumidor Final				
Não Permite aproveitamento de crédito de ICMS				
Item	Cod	Descrição	Qtde Un	VirUnit VirTot
60274979		FRALDA COMFORT G	1X8UND	
1	UND	X	12,59	12,59
60274979		FRALDA COMFORT G	1X8UND	
1	UND	X	12,59	12,59
60274191		FRALDA COMFORT G	8X8UND	
1	FDO	X	100,72	100,72
60274979		FRALDA COMFORT G	1X8UND	
1	UND	X	12,59	12,59
60274979		FRALDA COMFORT G	1X8UND	
1	UND	X	12,59	12,59
01978978		LEITE PD NINHO INTEG	1X400G	
1	LTA	X	11,99	11,99
01978978		LEITE PD NINHO INTEG	1X400G	
1	LTA	X	11,99	11,99
05236900		TALCO A.S.BARLA	1X140G	
4	UND	X	4,29	17,16
43765931		PAPEL HIG ALPINO	1X14R30M	
1	UND	X	13,99	13,99
58106946		DET PD GUARANI	1X5Kg	
1	UND	X	14,90	14,90
QTD. TOTAL DE ITENS			13	
VALOR TOTAL R\$			221,11	
FORMA DE PAGAMENTO			Valor Pago	
Dinheiro			222,00	
TROCO			0,89	
Informação dos Tributos Totais e Incidentes				

ATACADÃO S.A.				
V BRASIL, 2516				
CENTENARIO - BOA VISTA - RR -				
CNPJ: 75.315.333/0179-31 IE: 240280548				
3/02/2018 19:58:35			TRANSAÇÃO: 68362	
DANFE NFC-e Documento Auxiliar				
da Nota Fiscal Eletrônica para Consumidor Final				
Não Permite aproveitamento de crédito de ICMS				
Item	Cod	Descrição	Qtde Un	VirUnit VirTot
0667800		<u>LEITE PLASMITIL 60L</u>	1X1UND	
1	UND	X	22,90	22,90
3231902		<u>FRALDA GER COMFORT</u>	1X7UND	
6	PCT	X	9,20	55,20
3231114		<u>FRALDA GER COMFORT</u>	9X7UND	
1	FDO	X	82,80	82,80
5236900		<u>TALCO A.S.BARLA</u>	1X140G	
3	UND	X	4,59	13,77
7979920		<u>DES SUAVE AERO</u>	1X150ML	
1	UND	X	6,99	6,99
QTD. TOTAL DE ITENS			12	
VALOR TOTAL R\$			181,66	
FORMA DE PAGAMENTO			Valor Pago	
Dinheiro			200,00	
TROCO			18,34	
Informação dos Tributos Totais e Incidentes				

FLS.62

DROGANDORTE - POMA DO ZEZINHO
DROGA NORTE LTDA
 CNPJ-34.260.712/0001-19 IE- 24000152-0
 AV. GEN. AUGUSTO TEIXEIRA 4707, AGR. BRANCA,
 BOA VISTA RR

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar
 de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código	Descrição	Un	Qtd.	Valor	Valor
				Unitário	Total
32.178	FEBUCONA 100MG COM 100PIL	UN	3	3,86	11,58
QTD. TOTAL DE ITENS					1
Subtotal R\$					23,86
Acréscimo R\$					0,00
Desconto R\$					0,00
VALOR TOTAL R\$					23,86
FORMA DE PAGAMENTO					Valor Pago
Total Pago R\$					100,00
Troco R\$					23,86
Troco R\$					70,15

Tributos Federais (Lei Federal 12.741/2012) 0,00
Tributos Estaduais (Lei Federal 12.741/2012) 0,00
Tributos Municipais (Lei Federal 12.741/2012) 0,00

Número: 147765 Série: 1
 Emissão: 13/11/2019 20:43:07
Via Consumidor
 Consulte pela Chave de Acesso em
<https://nfce.veicofe2-16.gub.br/nfce/nfce-don.aspx?>
CHAVE DE ACESSO
 54171134796727000111850010001472951603000016
CONSUMIDOR
 CNPJ: 00.000.000/0001-00
 Nome: 00.000.000/0001-00

EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.
 CNPJ: 06.000000000000000000
 CNPJ: 0602255003955 I.E.: 240229061
 RUA ESTRELA DALVA, 400 - BAIRRO DE S.
 OL. BOA VISTA - RR

Pague Menos

PARTE NFC e Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica
 Sua versão autorizada com o código de LINS

11000 JHEC 1010 JUL UNIT RS 1 TOT ITEM RS
 408057 SUSTENGA MARIANO 400122985F 1 UNK70.14 70.14
 IN: 20.14 PAR: 00.00 70.14
 DESCONTOS -3.34
 TTD. TOTAL DE ITENS 70.14
 VALOR TOTAL RS 70.14
 VALOR 70.14

T A C O O RS: 33.20

CLIENTE SEMPRE PAGA MENOS

JA NA SUA SEM VENCER O NOVO PAGAMENTO DE
 UTILIDADE SEMPRE PAGA MENOS. AGORA VOCÊ TEM DESCONTOS E
 PERSONALIZAÇÕES POR VACE.

PARABÉNS! VACE É UM CLIENTE SEMPRE.

AGORA COMPRA VACE ECONOMIZANDO R\$ 3,34

SEU SALDO EM JULHO DE DEZEMBRO/2018 DE R\$ 200,40.
 ATUAL R\$ 500,00 ATÉ 31/12/2018 E SEJA UM CLIENTE
 VACE.

AGORA TEM E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS. EX
 CLUIVENDO RESGATOS E SERVIÇOS. SEMOS COMPROVADO CONTRA
 O LANCAMENTO EM 01/12/2018. CONTEMA O RESOLVIMENTO E SALDO IN
 ALTO EM PAGAMENTOS COM R\$ SEMPRE

CPF CLIENTE SEMPRE: 400.000.000-10
 29400000: 97910 - Vendedor: 97910
 2018/12/01 em Vossa Sempres.

Número 000505040 Série 003 Início 22/09/2019 19:23:38
 Via Consumidor - Consulte pelo Menu de Acesso no
https://www.safes.rs.gov.br/nfc/suavelet/va/consultar_nfc

CHAVE DE ACESSO
 1416 0066 6262 5308 3855 0530 0000 0506 0810 0002 4001

CONSUMIDOR
 CONSUMIDOR EM DEZEMBRO/2018
 Consulte via Letor QR Code

INFORME S.A.
Nº BRASIL, 2516
INTERMIO - BOA VISTA - RJ
CNPJ 15.315.333/0179-31 IL 10280548
19/06/2018 12:28:23 10000000 - 34500

DIANE NE e Documento Auxiliar
da Nota Fiscal Eletrônica para Consolidação Final
Não fornece aproveitamento de crédito de ICMS

Item	Cod	Descrição	Qtde Un	Virtual	VirTot
1	001	10000000 - 34500	9,49	9,49	
2	001	10000000 - 34500	8,29	8,29	
3	001	10000000 - 34500	11,19	11,19	
4	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
5	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
6	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
7	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
8	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
9	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
10	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
11	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
12	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
13	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
14	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
15	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
16	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
17	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
18	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
19	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
20	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
21	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
22	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
23	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
24	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
25	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
26	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
27	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
28	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
29	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
30	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
31	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
32	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
33	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
34	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
35	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
36	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
37	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
38	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
39	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
40	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
41	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
42	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
43	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
44	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
45	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
46	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
47	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
48	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
49	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
50	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
51	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
52	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
53	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
54	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
55	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
56	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
57	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
58	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
59	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
60	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
61	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
62	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
63	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
64	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
65	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
66	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
67	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
68	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
69	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
70	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
71	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
72	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
73	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
74	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
75	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
76	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
77	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
78	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
79	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
80	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
81	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
82	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
83	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
84	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
85	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
86	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
87	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
88	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
89	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
90	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
91	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
92	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
93	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
94	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
95	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
96	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
97	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
98	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
99	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	
100	001	10000000 - 34500	1,89	1,89	

112,06
112,06
112,06

Informações dos Tributos Totais e Incidentes
Lei Federal 12.741/2012
Alíq. Tributos: Federal R\$21,50 (19,19%)
Alíq. Tributos: Estadual R\$19,05 (17,00%)
Fonte: IBPT

INFORME S.A					
Nº BRASIL, 2516					
ENTENDADO - BOA VISTA - RJ					
CNPJ 15.315.333/0179-31 IL 10280548					
19/06/2018 21:15:00 10000000 - 34500					
DIANE NE e Documento Auxiliar					
da Nota Fiscal Eletrônica para Consolidação Final					
Não fornece aproveitamento de crédito de ICMS					
Item	Cod	Descrição	Qtde Un	Virtual	VirTot
10274979	001	FILADIA CORALIA	13,50	13,50	67,50
27323929	001	HASTES COLONIAL	18,75	18,75	
1	001	001	0,89	0,89	0,89
27323929	001	HASTES COLONIAL	18,75	18,75	
3	001	001	0,89	0,89	2,67
33063990	001	SCU PICOTADO 20X28	13500	13500	
1	001	001	8,20	8,20	8,20
16501921	001	AMAC YPE	1	1	
1	001	001	16,90	16,90	16,90
58106946	001	DET PO GUARANÍ	1	1	
1	001	001	15,90	15,90	15,90
JTD TOTAL DE ITENS					12
VALOR TOTAL R.					112,06
FORMA DE PAGAMENTO					Valor Pago
Dinheiro					112,06
Informações dos Tributos Totais e Incidentes					
Lei Federal 12.741/2012					
/Ir Acres Tributos Federal R\$11,50 (19,19%)					
/Ir Acres Tributos Estadual R\$19,05 (17,00%)					
Fonte: IBPT					